Contas regionais

Uma análise interestadual do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2009*

Jefferson Augusto Colombo**

Pesquisador do Núcleo de Contabilidade Social da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo

Este artigo analisa o desempenho econômico das 27 unidades da Federação no tocante ao PIB brasileiro em 2009. Para tal, são contextualizados alguns fatores que moldaram o resultado da economia brasileira e de seus estados, a exemplo das mudanças conjunturais internacionais, do crescimento do consumo interno privado e das significativas diferenças nos desempenhos intersetoriais. São realizados "rankings" de acordo com algumas variáveis econômicas fundamentais, a fim de permitir uma melhor comparabilidade entre os entes federativos. Conclui-se que, de forma geral, a crise econômica internacional afetou de maneira mais severa os estados: (a) exportadores; (b) estruturalmente mais dependentes da indústria de transformação. Em termos de concentração econômica, em 2009, houve uma redução da desigualdade de renda entre as Regiões Sul e Sudeste e Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Palavras-chave: PIB; unidades da Federação; contas regionais.

Abstract

This paper analyzes the economic performance of the 27 states regarding the Brazilian GDP in 2009. For that, we explore some contextual factors that shaped the outcome of the Brazilian economy and its states, as the changes in the international conjuncture, growth in private domestic consumption and intersectoral differences in performance. Rankings are made according to some fundamental economic variables, to allow a better comparison among the federal entities. It is concluded that, overall, the international economic crisis has affected more severely states: i) exporters; ii) structurally dependent on the manufacturing industry. In terms of economic concentration, in 2009

Artigo recebido em maio 2012.
Revisora de Língua Portuguesa: Valesca Casa Nova Nonnig.

E-mail: jefferson@fee.tche.br

> there was a reduction in income inequality between the South and Southeast and Northeast and Midwest.

Key words: GDP; states; Regional Accounts.

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar o desempenho econômico das 27 unidades federativas no contexto do Produto Interno Bruto brasileiro, em 2009. Algumas questões surgem inerentemente à pesquisa realizada: qual é a estrutura econômica dos estados que mais cresceram? E a dos que menos cresceram? Quais estados tiveram suas economias mais afetadas pela crise econômica, que reduziu bruscamente o ritmo de crescimento econômico mundial?

A motivação para a realização deste estudo é a relativa ausência de trabalhos que analisam o crescimento da economia nacional à luz das unidades federativas. Isso se revela uma carência, na medida em que o desempenho econômico nacional não é igualmente distribuído ao longo do território: há discrepâncias significativas em função do clima, da estrutura produtiva, da abertura para o comércio exterior, dentre outros fatores relevantes.

A análise enfoca o ano de 2009, em função da disponibilidade mais recente de dados consolidados, ou seja, finais, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Coordenação de Contas Nacionais (CONAC).1 Cabe ressaltar que os números finais são sempre divulgados pela Fundação IBGE com dois anos de defasagem, em função da quantidade de informações e fontes necessárias para seu cálculo.

Além desta Introdução, este artigo conta com outras três seções. A primeira contextualiza a economia no ano de 2009, nos âmbitos internacional e nacional, na tentativa de analisar algumas variáveis--chave para o desempenho econômico dos estados. Na segunda seção, analisa-se a variação do PIB dos estados brasileiros, através de questões como participação relativa, ranking, PIB per capita e variação

na concentração econômica. Finalmente, na última seção, são tecidas as Considerações finais do presente estudo.

2 Visão geral

Um choque adverso na economia dos países desenvolvidos propaga-se para os países emergentes por dois canais diferentes: comercial e financeiro (EICHENGREEN; ROSE, 1999; FORBES; CHINN, 2004). A partir da crise de 2009, os fluxos de capitais destinados aos países emergentes reduziram-se significativamente, em linha com o aumento das incertezas e da aversão ao risco. Além disso, muitos aportes de recursos realizados em economias emergentes perderam valor em moeda local, como decorrência da crise. Tem-se, ainda, o agravante da rápida valorização do dólar no curto prazo, que conduziu os investimentos a uma perda ainda maior na conversão para a moeda de origem.²

Ainda no último trimestre de 2008, temerários pela paralisia do sistema financeiro internacional, os governos das principais economias mundiais intervieram, súbita e rapidamente, na economia, no sentido de estimular a demanda e reduzir o risco sistêmico. O objetivo dessas ações coordenadas era evitar um período mais longo de uma iminente recessão econômica. O Fundo Monetário Internacional (FMI) (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009) destaca ainda que essa intervenção governamental em larga escala e em nível global visava também resgatar a credibilidade e o bom funcionamento dos mercados financeiros, condições necessárias para a retomada do crescimento econômico.

Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 7-18, 2013

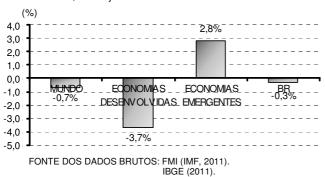
Estimativas do PIB de cada unidade da Federação (UF), coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com as Contas Nacionais do Brasil. As informações mais atuais foram divulgadas pela Fundação IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística e secretarias estaduais de Governo, em 23.11.2011.

Este é um fenômeno típico de crises financeiras em escala global. Aumentos na incerteza ocasionam um movimento de migração para ativos mais seguros, movimento conhecido como "fly to quality". Essa debandada de ativos situados em mercados emergentes, percebidos como de maior risco, causa efeito também sobre a taxa de câmbio. A história recente mostra que, em períodos assim, há uma dupla perda para investidores externos: o valor dos investimentos, especialmente em renda variável, perde valor em moeda do país de destino e, na conversão cambial, perde valor também em moeda do país de

Apesar dos esforços conjuntos para evitar um colapso econômico, o ano de 2009 foi marcado pela queda na produção de bens e serviços ao redor do globo. Informações do FMI (International Monetary Fund, 2011) indicam que houve uma queda de 0,5% na produção global naquele ano — raras foram as exceções de países que conseguiram crescer frente à conjuntura desfavorável. Em termos agregados, conforme demonstra a Figura 1, apenas o conjunto dos mercados emergentes teve a soma da produção de bens e serviços superior à do ano anterior, muito em função das altas taxas de crescimento verificadas pela China (9,2%) e pela Índia (6,8%).

Figura 1

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a preços constantes, de conjuntos de economias e do Brasil — 2009



No documento oficial divulgado pelo FMI, o World **Economic** Outlook. da edição de abril (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009) para a edição de outubro (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009a) de 2009, houve uma sensível melhora nos indicadores econômicos mundiais. As políticas fiscais e monetárias expansionistas surtiram efeito e evitaram um prolongamento maior da crise, aliviando o temor de muitos economistas de que a crise se assemelharia à Grande Depressão da década de 30.3 Em grande parte, o crescimento da Ásia criou uma demanda para as exportações de outros países, estimulando o escoamento da produção. A confiança dos consumidores, a produção industrial e os mercados imobiliários, gradativamente, passaram a absorver boa parte das perdas verificadas no período.

2.1 Economia internacional

Eichengreen e O'Rourke (2009) compararam alguns indicadores econômicos dos Estados Unidos durante a crise de 2009 e a de 1929. As quedas na produção industrial, na bolsa de valores e no comércio internacional em 2009 ocorreram em níveis semelhantes aos da Grande Depressão. Entretanto, com os cortes nas taxas básicas de juros e a rápida expansão da oferta monetária global, a recuperação mostrou-se mais rápida do que o fora na década de 30.

No sistema interbancário, principal canal financeiro de propagação da crise, a paralisia das concessões de crédito reduziu significativamente os investimentos na economia real. Esse movimento foi mais acentuado nos EUA e, especialmente, na Europa, muito em função do elevado grau de alavancagem dessas instituições. Já os mercados financeiros emergentes, com níveis de alavancagem mais brandos e com baixa exposição a derivativos, ativos securitizados e outros instrumentos financeiros modernos, sofreram relativamente menos com os efeitos da crise interbancária.

Do ponto de vista do comércio internacional, houve redução tanto do volume de mercadorias exportadas quanto dos preços, especialmente no mercado de *commodities*. A Figura 2 sintetiza a evolução anual das exportações mundiais. Países como o Brasil, que possuem esses produtos como primordiais na pauta de exportação, tiveram um efeito negativo bastante acentuado em função da conjuntura desfavorável.⁵

Além das quantidades e dos preços, em 2009, houve uma importante inversão na tendência recente dos termos de troca entre os bens exportados pelos países em desenvolvimento e aqueles exportados pelos países desenvolvidos. Nos anos anteriores, em média, os bens industrializados tiveram uma variação nos preços inferior a dos bens primários, especialmente pela demanda aquecida no mercado

³ Eichengreen e O'Rourke (2009) analisaram indicadores econômicos da economia norte-americana no início do ano de 2009 e os compararam com aqueles do fim de 1929. A queda inicial, apesar de mais brusca, não teve o mesmo aprofundamento da Grande Depressão muito em função dos rápidos estímulos econômicos governamentais. Krugman (2009) analisou as quedas na produção industrial desde os picos de 2007 e 1929 e chamou a crise mais recente de "meia grande depressão".

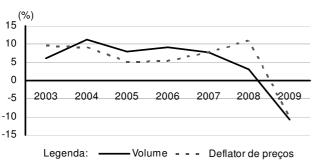
⁴ Para Eichengreen (2010), as instituições financeiras europeias estavam ainda mais alavancadas que as instituições financeiras norte-americanas. Adicionalmente, havia uma presença maciça de produtos financeiros estruturados, como operações de derivativos e swaps.

Nos últimos 20 anos, o processo de abertura comercial fez com que as exportações médias dos países saltassem de menos de 10% do PIB para, aproximadamente, 20%. Em 2009, como resultado da crise, houve uma reversão pontual nessa tendência (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009).

internacional de *commodities*. No ano em análise, entretanto, percebeu-se uma reversão pontual nessa tendência. A Figura 3 permite uma visualização dessa reversão ocorrida em 2009.

Figura 2

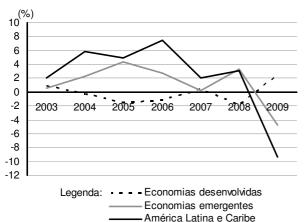
Variação anual do volume e do preço das exportações mundiais — 2003-09



FONTE DOS DADOS BRUTOS: FMI (IMF, 2011).

A reversão súbita dos termos de troca, decorrente das variações abruptas nas taxas de câmbio, das políticas protecionistas e da perda relativa de mercados consumidores, implicou um choque na balança comercial desses países. Em dólares norte-americanos, destacam-se as variações de preço em produtos manufaturados (-6,5%), petróleo (-36,3%), alimentos (-14,7%), bebidas (1,6%), insumos agrícolas (-17,0%) e metal (-19,2%). A composição desses grupos de bens na pauta exportadora dos países definiu a mudança nos termos de troca, em 2009.

Figura 3
Variação anual dos termos de troca, por agrupamento de economias, no mundo — 2003-09



FONTE DOS DADOS BRUTOS: FMI (IMF, 2011).

2.2 Economia doméstica

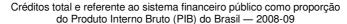
Assim como no resto do mundo, o Governo brasileiro interveio, durante a crise, com medidas de naturezas fiscal e monetária expansionistas, no sentido de incentivar o crescimento da demanda agregada. Do ponto de vista da política monetária, houve cortes significativos na taxa básica de juros, já nos primeiros meses de 2009, quando a Selic passou de 13,75% em janeiro para 8,75% em agosto. Além da redução na meta da taxa básica de juros, medidas como a redução dos compulsórios bancários (tomadas ainda no último trimestre de 2008) e ampliações nas linhas de crédito dos bancos públicos amenizaram os efeitos do canal financeiro sobre a economia real.

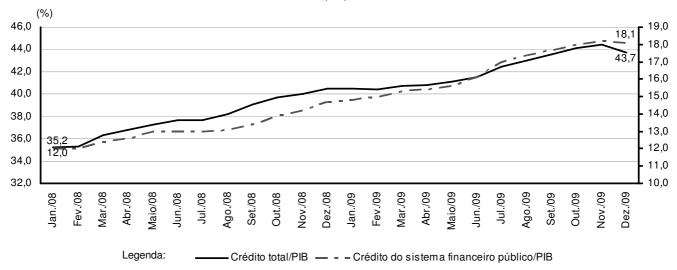
No âmbito fiscal, as medida também ocorreram de forma rápida. A Fundação IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011) reitera que houve, via alteração de alíquotas de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), desoneração fiscal para diversos produtos. A importação de bens de capital também teve seu custo reduzido. O resultado desse conjunto de ações, além da melhora paulatina do cenário externo, é que os temores de uma recessão mais prolongada foram, gradualmente, sendo afastados, e os efeitos da crise sobre a economia nacional foram amenizados.

Uma peculiaridade no que diz respeito à concessão de crédito no sistema financeiro pode ser observada na Figura 4. Durante a crise, os bancos aumentaram significativamente públicos participação no total de crédito concedido pela economia brasileira, em função de ações explícitas do Governo sobre suas instituições financeiras controladas (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, dentre outras instituições de controle estatal). O estoque de crédito concedido por esses bancos, que era de 12% do PIB em jan./08, encerrou o ano de 2009 com 18.1% do PIB.

A rápida expansão do crédito por parte de bancos estatais ao longo de 2009 fez com que o crédito como proporção do PIB continuasse crescendo, até atingir o 43,7% em dez./09. Esse estímulo creditício contribuiu para que o consumo final apresentasse crescimento (4,1%). Os outros componentes do PIB, pela ótica da demanda, apresentaram resultados opostos: formação bruta de capital fixo (-6,7%), exportações de bens e serviços (-9,1%) e importação de bens e serviços (-7,6%).

Figura 4





FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil (2012).

3 Desempenho das unidades da Federação

3.1 Taxa de crescimento do PIB por unidade da Federação

Na análise do PIB interestadual em 2009, destacaram-se positivamente os crescimentos de Rondônia (7,3%), do Piauí (6,2%) e de Roraima (4,6%). No outro extremo, salientaram-se Pará (-3,2%), Minas Gerais (-4,0%) e Espírito Santo (-6,7%). Um comparativo entre as taxas de crescimento do PIB por UF, em ordem da maior para a menor, é elucidado na Tabela 1.

Em linhas gerais, o crescimento, em 2009, mostrou-se inversamente proporcional: (a) ao tamanho das economias, medido como proporção do PIB total do Brasil; e (b) à participação da indústria de transformação no Valor Adicionado Bruto (VAB) total. Essas informações são extraídas das Figuras 5 a 10. As conjunturas interna e externa afetaram de forma mais severa os estados mais industrializados, favorecendo uma desconcentração econômica pontual em 2009. Minas Gerais (-4,0%), Paraná (-1,3%), São Paulo (-0,8%), Bahia (-0,8%) e Rio Grande do Sul

(-0,4%) são exemplos de estados industrializados e que apresentaram desempenho inferior ao nacional. No caso particular dos Estados de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Pará, a queda foi mais acentuada, em virtude do recuo verificado nas exportações de minério de ferro, fenômeno decorrente da queda significativa da demanda internacional por commodities.

Sob outra perspectiva, o crescimento esteve, direta e proporcionalmente, associado: crescimento das exportações, especialmente, em valor; (b) à participação da agropecuária no VAB total; e (c) à participação dos serviços no VAB total. Dois estados apenas apresentaram crescimento em valor das exportações: Piauí (6,2%) e Mato Grosso (2,4%). Ambos exibiram taxa de crescimento do PIB positiva muito em função dos produtos associados à sua pauta, preponderantemente primários. Além da participação da agropecuária, estados com maior relevância de serviços também ostentaram crescimento maior. Um caso particular é o alto crescimento do Distrito Federal (4,0%): como a administração pública foi a atividade do setor serviços que, isoladamente, mais cresceu, e lá está localizado um contingente considerável de funcionários públicos, o crescimento do PIB deu-se acima da média nacional.

Tabela 1

Desempenho, posição e participação das unidades da Federação (UFs) no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 2009

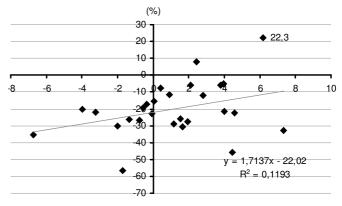
POSIÇÃO NO PARTICIPA-VARIAÇÃO, EM RANKING DAS VOLUME, DO UNIDADES DA ÇÃO DE CADA **MAIORES** FEDERAÇÃO UF NO PIB EM PIB EM 2009 **ECONOMIAS** 2009 (%) (%) EM 2009 Rondônia 0,6 7,3 21° 23^a Piauí 0,6 6,2 Roraima 27^a 0,2 4.6 22^a Sergipe 0,6 4,4 Distrito Federal 7^a 4.0 4,1 25° Amapá 0,2 4,0 Tocantins 24^a 0,4 3,8 Pernambuco 10° 2.4 2.8 14^a Mato Grosso 1,8 2,4 20a 0,7 2.1 Alagoas Rio de Janeiro 2^a 10,9 2,0 Paraíba 18^a 0,9 1,6 Rio Grande do 19^a 0,9 1,5 Norte Acre 26^a 0,2 1,2 Goiás 2,6 0,9 Mato Grosso do Sul 1,1 0,4 Ceará 12° 2.0 0.0 Santa Catarina 8 4,0 -0,1 BRASIL 100.0 -0.3 Rio Grande do Sul 6,7 -0,4 Bahia 4,2 -0,6 São Paulo 33,5 -0,8 5° Paraná 5,9 -1.3Maranhão 16° 1,2 -1,7 Amazonas 15^a 1.5 -2.0 Pará 13^a 1,8 -3,2 Minas Gerais 3° 8.9 -4,0 11^a Espírito Santo .. -6,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2011).

Entre as cinco maiores economias do País, apenas o Rio de Janeiro (2.0%), segundo do ranking. apresentou crescimento positivo. São Paulo (-0,8%), Minas Gerais (-4,0%), Rio Grande do Sul (-0,4%) e Paraná (-1,3%), primeiro, terceiro, guarto e quinto do ranking respectivamente, mostraram queda do PIB. São Paulo viu-se penalizado pela indústria de transformação. Conforme a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (FEDERAÇÃO..., 2009), quando se consideram as variáveis de resultado (produção, pessoal ocupado, massa salarial e produtividade), os setores mais impactados pela crise foram: veículos automotores, máquinas e equipamentos, borracha e plástico, elétricos, produtos de metal, eletrônicos e equipamentos de comunicações, metalurgia básica, madeira, mobiliário e calçados e couros.

Figura 5

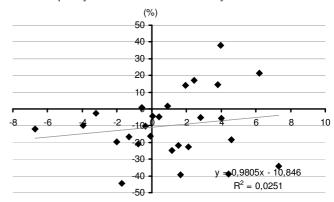
Variação do Produto Interno Bruto *versus* variação do valor das exportações das unidades da Federação — 2009



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2011). MDIC/Sistema Alice (BRASIL, 2012).

Figura 6

Variação do Produto Interno Bruto *versus* variação do volume das exportações das unidades da Federação — 2009



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2011). MDIC/Sistema Alice (BRASIL, 2012).

Figura 7

Variação do Produto Interno Bruto (PIB) *versus* participação no PIB das unidades da Federação — 2009

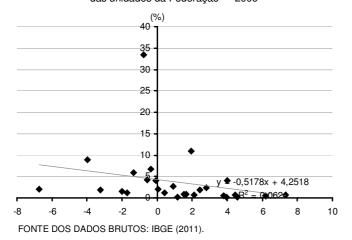
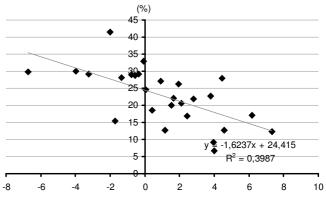


Figura 9

Variação do Produto Interno Bruto (PIB) versus participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) total das unidades da Federação — 2009



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2011).

Figura 8

Variação do Produto Interno Bruto (PIB) versus participação da agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VAB) total das unidades da Federação — 2009

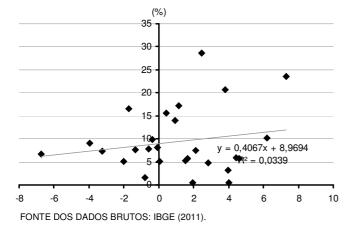
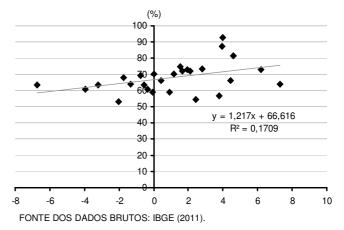


Figura 10

Variação do Produto Interno Bruto (PIB) versus participação dos serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB) total das unidades da Federação — 2009



3.2 Participação das unidades da Federação no PIB nacional

Como resultado das variações estaduais do PIB em 2009, houve mudanças na participação das economias estaduais no PIB brasileiro. A Tabela 2 é a síntese da evolução da participação de todas as UFs na economia nacional. São Paulo permanece responsável por 33,5% do PIB nacional, seguido do Rio de Janeiro (10,9%), de Minas Gerais (8,9%), do Rio Grande do Sul (6,7%) e do Paraná (5,9%). O Rio Grande do Sul, em função do desempenho, no ano, levemente inferior ao do Brasil (-0,4% ante -0,3%), permaneceu com sua participação na produção de

bens e serviços nacional quase inalterada, ocupando a quarta colocação no *ranking* das maiores economias estaduais. No tocante às mudanças de posto, destacase Santa Catarina (4,0%), que perdeu duas posições, saindo da sexta para a oitava colocação. Em contrapartida, Bahia (4,2%) e Distrito Federal (4,1%) ganharam uma posição cada.

Na divisão por regiões geográficas, é na Sudeste que está a maior parte do PIB nacional (55,3%), seguida das Regiões Sul (16,5%) e Nordeste (13,5%). As Regiões Centro-Oeste (9,6%) e Norte (5,0%) completam a lista. Em relação ao ano de 2008, as Regiões Nordeste (0,4 ponto percentual) e Centro-Oeste (0,4 p.p.) ganharam participação, ao passo que as Regiões Sudeste (-0,7 p.p.), Norte (-0,1 p.p.) e Sul (-0,1 p.p.) perderam participação.

Tabela 2

Participação das unidades da Federação no Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado, do Brasil — 2002-09

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Δ% 2009/2002	
Mato Grosso	1,4	1,6	1,9	1,7	1,5	1,6	1,8	1,8	24,8	
Rondônia	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	18,7	
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	18,6	
Maranhão	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	17,7	
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	17,5	
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	16,9	
Espírito Santo	1,8	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,1	13,8	
Roraima	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	10,3	
Mato Grosso do Sul	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	9,5	
Distrito Federal	3,8	3,7	3,6	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	6,9	
Santa Catarina	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9	3,9	4,1	4,0	6,3	
Paraíba	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	5,4	
Goiás	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6	4,4	
Rio Grande do Norte	8,0	8,0	8,0	8,0	0,9	0,9	8,0	0,9	4,4	
Amazonas	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7	1,6	1,5	1,5	3,9	
Pará	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8	3,8	
Ceará	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0	3,7	
Bahia	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0	4,2	3,1	
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	2,6	
Minas Gerais	8,6	8,8	9,1	9,0	9,1	9,1	9,3	8,9	2,5	
Pernambuco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	1,5	
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	-1,3	
Paraná	6,0	6,4	6,3	5,9	5,8	6,1	5,9	5,9	-2,0	
São Paulo	34,6	34,1	33,1	33,9	33,9	33,9	33,1	33,5	-3,3	
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	-4,6	
Rio de Janeiro	11,6	11,1	11,5	11,5	11,6	11,2	11,3	10,9	-5,8	
Rio Grande do Sul	7,1	7,3	7,1	6,7	6,6	6,6	6,6	6,7	-6,6	
Região Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	7,4	
Região Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	4,2	
Região Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	-2,4	
Região Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	-2,1	
Região Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,4	
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

3.3 PIB per capita

O PIB per capita brasileiro, em 2009, foi de R\$ 16.918, conforme registra a Tabela 3. Segundo a mesma, a renda média, no Brasil, é mais alta na Região Centro-Oeste (R\$ 22.365), com destaque para o Distrito Federal (R\$ 50.438), e na Região Sudeste (R\$ 22.147), com destaque para São Paulo (R\$ 26.202). A Região Sul figura em posição intermediária (R\$ 19.325), com destaque para Santa Catarina (R\$ 21.215). A seguir, as Regiões Norte

(R\$ 10.626) e Nordeste (R\$ 8.168) encerram o *ranking*, com destaque para os Estados do Amazonas (R\$ 13.043) e de Sergipe (R\$ 9.787).

A Tabela 3, além das informações sobre o PIB per capita, ilustra um resumo de diversas variáveis econômicas por unidade da Federação e por região geográfica. Ela permite uma visualização mais ampla do comportamento econômico de cada unidade federativa em 2009. O ordenamento da Tabela é decrescente em função do tamanho das economias, exceto para as regiões geográficas.

Tabela 3

Resumo de variáveis econômicas das unidades da Federação e das regiões geográficas do Brasil — 2009

DISCRIMI-	PIB A PREÇOS	PARTI-	O DAS	VARIAÇÃO DO PIB EM VOLUME (%)	VAB (%)			EXPORTAÇÕES (variação percentual no ano)				PIB
	DE MERCADO (R\$ milhão)	CIPAÇÃO NO PIB (%)			Agro- pecuá- ria	Indús- tria	Servi- ços	Valor	Volume	Preço	Partici- pação	PER CAPITA (R\$)
São Paulo	1.084.353	33,47	1°	-0,8	1,6	29,0	69,3	-26,6	-21,0	-7,0	27,7	26.202
Rio de Janeiro	353.878	10,92	2°	2,0	0,5	26,3	73,2	-27,8	14,0	-36,6	8,8	22.103
Minas Gerais	287.055	8,86	3°	-4,0	9,0	30,0	60,9	-20,2	-9,8	-11,5	12,8	14.329
Rio Grande do Sul	215.864	6,66	4 °	-0,4	9,9	29,2	60,9	-17,1	-10,3	-7,6	10,0	19.778
Paraná	189.992	5,87	5°	-1,3	7,7	28,2	64,1	-26,4	-16,8	-11,5	7,3	17.779
Bahia	137.075	4,23	6°	-0,6	7,7	28,7	63,6	-19,4	0,8	-20,1	4,6	9.365
Distrito Federal	131.487	4,06	7°	4,0	0,5	6,6	93,0	-21,5	-5,7	-16,8	0,1	50.438
Santa Catarina	129.806	4,01	8°	-0,1	8,2	32,8	59,0	-22,8	-16,4	-7,7	4,2	21.215
Goiás	85.615	2,64	9°	0,9	14,0	27,0	59,0	-11,7	1,9	-13,3	2,4	14.447
Pernambuco	78.428	2,42	10°	2,8	4,8	22,0	73,2	-12,1	-5,3	-7,2	0,5	8.902
Espírito Santo	66.763	2,06	11°	-6,7	6,8	29,8	63,5	-35,5	-11,8	-26,9	4,3	19.145
 Ceará	65.704	2,03	12°	0,0	5,1	24,5	70,4	-15,4	-4,5	-11,4	0,7	7.687
Pará	58.402	1,80	13°	-3,2	7,4	29,2	63,5	-21,9	-2,4	-20,0	5,5	7.859
Mato Grosso		1,77	14°	2,4	28,6	16,9	54,5	7,9	17,1	-7,9	5,5	19.087
Amazonas	49.614	1,53	15°	-2,0	5,1	41,5	53,4	-30,3	-19,6	-13,3	0,6	14.621
Maranhão	39.855	1,23	16°	-1,7	16,6	15,4	68,1	-56,5	-44,5	-21,8	0,8	6.259
Mato Grosso do Sul	36.368	1,12	17°	0,4	15,5	18,5	66,0	7,5	-4,8	-2,8	1,3	15.407
Paraíba	28.719	0,89	18°	1,6	5,7	22,1	72,2	-30,5	-39,1	14,1	0,1	7.618
Rio Grande do Norte	27.905	0,86	19°	1,5	5,3	19,9	74,8	-25.9	-22,0	-5,0	0,2	8.894
Alagoas	21.235	0,66	20°	2,1	7,5	20,6	71,9	-6,1	-22,5	21,2	0,5	6.728
Rondônia		0,62	21°	7,3	23,6	12,3	64,1	-32,9	-34,2	2,1	0,3	13.456
Sergipe		0,61	22°	4,4	5,9	27,9	66,2	-45,6	-38,7	-11,3	0,0	9.787
Piauí		0,59	23°	6,2	10,2	17,0	72,9	22,3	21,3	0,8	0,1	6.051
Tocantins		0,45	24°	3,8	20,6	22,8	56,6	-5,9	14,5	-17,8	0,2	11.278
Amapá		0,23	25°	4,0	3,2	9,2	87,5	-5,1	38.0	-31,2	0,1	11.817
Acre		0,23	26°	1,2	17,2	12,7	70,1	-28.8	-24,8	-5,2	0,0	10.687
Roraima		0,17	27°	4,6	5,6	12,7	81,6	-22,3	-18,2	-5,0	0,0	13.270
Região Norte		5,04	-	-0,3	-	<i>-</i>	· -	-	-	-	-	10.626
Região Nordeste		13,51	-	1,0	-	_	_	_	-	-	-	8.168
Região Sudeste		55,32	_	-1,0	-	_	_	_	-	_	_	22.147
Região Sul		16,54	_	-0,6	-	_	_	_	-	_	_	19.325
Região Centro-Oeste		9,59	_	2,5	-	_	_	_	-	_	_	22.365
BRASIL		100.00	_	-0.3	5.6	26.8	67,5	-22,7	-10,0	-14,2	100.0	16.918

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2011).

MDIC/Sistema Alice (BRASIL, 2012).

4 Considerações finais

O ano de 2009 representou uma reversão de um período global de rápido crescimento econômico e baixas taxas de inflação. A crise, inicialmente financeira, tornou-se econômica por meio de dois mecanismos distintos: (a) queda abrupta da transferência de recursos via intermediação financeira; (b) redução considerável do comércio internacional. Como resposta à crise, ações coordenadas foram tomadas pelos principais Governos do mundo, com a finalidade de injetar liquidez e estimular a demanda agregada como forma de combate à crise.

No Brasil, tanto medidas de natureza monetária quanto de natureza fiscal foram adotadas. Os bancos públicos, refletindo a intervenção direta do Governo sobre a economia, aumentaram a participação no estoque total de concessão de crédito. Essa medida amenizou os efeitos negativos de uma paralisação do setor financeiro e atenuou, via canal de crédito, os impactos da crise sobre a economia doméstica.

Na análise interestadual, observou-se que os estados menos dependentes da indústria de transformação e com sua economia voltada para o ambiente doméstico (com impacto menor da queda das exportações, especialmente em valor) apresentaram melhores desempenhos. Pará, Minas Gerais e Espírito Santo lideraram as perdas oriundas do cenário adverso das atividades de extração e pelotização do minério de ferro. As Regiões Nordeste, Centro-Oeste e, em menor grau, Norte cresceram acima da média brasileira, reduzindo levemente a disparidade com relação às Regiões Sul e Sudeste.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerador de Séries Temporais. 2012. Disponível em:

https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>. Acesso em: 15 fev. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Sistema Alice**. Disponível em: http://aliceweb2.mdic.gov.br. Acesso em: 28 set. 2012.

EICHENGREEN, B. Macroeconomic and Financial Policies Before and After the Crisis. In: CONFERENCE ON GLOBAL ECONOMIC CRISIS: IMPACTS, TRANSMISSION, AND RECOVERY, 2010, Honolulu, Hawaii. Disponível em:

http://emlab.berkeley.edu/~eichengr/macro_finan_policies 8-31-10.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2012.

EICHENGREEN, B.; O'ROURKE, K. H. A Tale of Two Depressions. **Advisors Perspectives**, 21 Apr 2009. Disponível em:

http://economicforumonline.org/_source/downloads/at-aleoftwodepressions.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2012.

EICHENGREEN, B.; ROSE, A.; WYPLOSZ, C. Contagious Currency Crises. Cambridge: NBER, 1996. (NBER Working Paper, 5681).

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Um ano de crise na indústria de transformação.** 2009. Disponível em:

http://www.fiesp.com.br/competitividade/downloads/um%20ano%20de%20crise%20na%20ind%C3%BAstria%20de%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20-

%20relat%C3%B3rio%20final.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2012.

FORBES, K.; CHINN, M. D. A decomposition of global linkages in financial markets over time. **The Review of Economics and Statistics**, v. 86, n. 3, p. 705-22, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contas Regionais do Brasil: 2002-2005. **Contas Nacionais do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 22, 2007. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002_2005.pd f>. Acesso em: 05 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contas Regionais do Brasil: 2003-2007. **Contas Nacionais do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 25, 2008. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2006.pd f>. Acesso em: 05 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contas Regionais do Brasil: 2003-2007. **Contas Nacionais do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 28, 2009. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/contas_regionais_2003_2007.pdf. Acesso em: 05 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contas Regionais do Brasil: 2004-2008. **Contas Nacionais do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 32, 2010. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf. Acesso em: 05 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contas Regionais do Brasil: 2005-2009. **Contas Nacionais do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 35, 2011. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009.pdf>. Acesso em: 05 out. 2012.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World economic outlook. **World Economic and Financial Surveys**, Apr 2009. Disponível em:

http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/01/pdf/text.pdf. Acesso em: 15 fev. 2012.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World economic outlook. **World Economic and Financial Surveys**, Oct 2009a. Disponível em:

http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/02/pdf/text.pdf. Acesso em: 14 jan. 2012.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World economic outlook: Slowing growth, rising risks. **World Economic and Financial Surveys**, Sep 2011. Disponível em:

http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/pdf/text.pdf. Acesso em: 11 fev. 2012.

KRUGMAN, P. The great recession versus the great depression. **The New York Times**, New York, 20 Mar 2009. Disponível em:

http://krugman.blogs.nytimes.com/2009/03/20/the-great-recession-versus-the-great-depression/. Acesso em: 28 abr. 2012.